

A “Miséria do Latifúndio Cultural”

Todos nós sabemos que o Teatro é atividade humana essencial, mas que não se mantém sozinha. Os limites estreitos de um “moderno” conceito de sustentabilidade não deveria e nem poderia jamais ser aplicado a ela.

Uma coisa é uma árvore que nasce espontaneamente na natureza, e produz frutos para todos. E outra é um pomar organizado, tratado com agrotóxicos de última geração que produz árvores e frutos em seqüência determinada e apresenta absoluta uniformidade de aspecto e qualidade. E o fruto que não apresentar esta uniformidade de aspecto e de “aceitação” mundial ser imediatamente afastado do conjunto como material desqualificado. Sem valor “econômico” para o mercado. E por extensão para a humanidade.

A Árvore

A árvore que dá seus frutos obedecendo aos comandos superiores da natureza necessita obviamente de cuidados, atenção, para que não seja destruída, por pragas ou outro tipo de ameaça predatória, pois seus frutos são preciosos e tem valor alimentício indispensável. Proteger estas árvores, garantir sua fertilidade, recolher seus frutos, não significa submetê-la a permanentes modificações genéticas para dela obter o maior rendimento, tanto em quantidade quanto em uniformidade. Serão necessários cuidados mínimos para que a planta produza o máximo de suas possibilidades sem interferir na qualidade e natureza de seus frutos.

Não milhares de árvores, mas algumas árvores. Não as mesmas árvores, mas uma grande variedade delas. Não os melhores fertilizantes químicos, mas nenhum deles. Só aqueles naturais que a árvore possa absorver sem risco para ela e para aqueles que vierem a consumir seus frutos.

O Pomar organizado (?)

Engolimos sempre muitos venenos embalados em rótulos de aparência magnífica e sabor duvidoso. Muitas vezes sabemos que aquele não é o melhor sabor que aquela fruta pode ter mas a vemos embalada e apresentada de tal modo que não temos sequer a coragem de recusá-la. Custou dinheiro, tem bom aspecto, muitas pessoas estão consumindo, não temos como rejeitá-la. Mesmo que nos digam que foi tratada com produtos cancerígenos, e que no médio e longo prazo vamos sentir os seus efeitos.

O latifúndio do agronegócio produz tsunamis de produtos transformados que passam por cima de toda e qualquer tentativa de preservar a saúde da natureza, como os minifúndios agrícolas e fertilizantes orgânicos.

Os focos de resistência a este avanço ainda são poucos. Embora cresçam, terão pouca possibilidade de sobrevivência a esta avalanche transnacional, massificadora, eliminadora das diferenças essenciais entre todos nós cidadãos-vegetais.

Agro-Business

Isto é o que se chama agro-business. O negócio de lavoura, numa tradução ligeira. Movimenta bilhões de dólares em todo mundo e é um dos maiores contribuidores para a construção do PIB nacional.

Tem a ver com agricultura, evidentemente, mas tem a ver principalmente com os negócios, business, conforme esta atividade é compreendida e defendida pelo sistema, dentro de um enfoque neoliberal.

O país inteiro tem acompanhado a novela dramática que tem sido a aprovação de um novo código florestal para a sociedade brasileira. Para uns (os donos do capital que busca se multiplicar infinitamente) o agro-negócio, ou “business” é o herói e galã da história com direito até mesmo a ultrapassar limites, na sua busca da construção do “bem público” e na conquista de sua terra, sua “amada”. Para outros (poucos) ele é o vilão que violenta e estupra, que não tem limites, cujos objetivos são sempre torpes e cujos desejos são muitas vezes inconfessáveis, pois revelam muito mais relações com o negócio, que com o agro, pretendo objeto de suas atuações. O lobby dos que o consideram o herói da história é poderoso, e qualquer tentativa de coibir seu desenfreado apetite por terras e por dinheiro é imediatamente obstruído por um vozerio enorme que alega principalmente sua importância para a vida e a economia nacionais, e que portanto não necessita de nenhuma regulamentação inibidora, mas sim de medidas estimuladoras, para que ele prossiga em sua trajetória de defensor do bem público.

Os rios, as matas, a fauna, a flora, os biomas, o equilíbrio ecológico e a harmonia entre os reinos e os animais que neles habitam passam a ter caráter secundários (embora ninguém ouse negá-los) na construção de um mundo justo e equilibrado. Os valores se invertem, e o “negócio” passa a ser muito mais importante que o “agro”.

Business

Prevalece a idéia do “business”, motor do sistema, em oposição à idéia de preservação, muitas vezes ela mesma inibidora e diminuidora do “lucro crescente”, meta final deste sistema. É bom lembrar que a benesse do lucro não atinge a todos os componentes do meio social, como os trabalhadores de uma maneira geral, mas apenas aos portadores do capital que impulsiona o “agro-negócio”. Embora a terra, nosso planeta, seja prejudicada, a compensação financeira se estende apenas a poucos; o benefício do alimento não é igualmente distribuído por todo o planeta. Grande parte da população mundial vive em estado de fome crônica. Não há distribuição justa dos bens produzidos. Apesar dos grandes investimentos e prejuízos ecológicos feitos em nome do combate a fome, ela existe e continua a existir com diferentes graus de intensidade em todo planeta.

A fome é uma produção humana, e de seus modos de organização econômica, social e racial.

A lógica é a do mercado, e não a da distribuição dos bens produzidos.

Como alimentar tantas bocas e preservar a natureza sem que a idéia de lucro e de economia de mercado livre seja prejudicada? Não há resposta para estas perguntas. Um negócio (business) que movimentava bilhões de dólares não pode ser ignorado, mesmo que signifique a destruição do planeta além da distribuição dos alimentos, multiplicados pela utilização de agrotóxicos poderosos, modificadores biológicos da estrutura mesmo do que plantamos e ingerimos.

Busines-Show

Tudo isto é, porém, bonito de ver. Os campos plantados, a lavoura organizada, as grandes máquinas agrícolas trabalhando dia e noite sem parar, para alimentar a boca enorme do mercado consumidor. Navios graneleiros, silos gigantescos, esteiras transportadoras, frutos atraentes e coloridos, compõe o cenário do espetáculo grandioso da produtividade humana. Um espetáculo que enche os olhos, nos impressiona e nos faz acreditar que esta é a única forma possível de produzirmos nossos alimentos, ainda que com alguns prejuízos e discriminação de parte da população do planeta. Forma única, o latifúndio produz enormes “tsunamis” devastadoras de todas as outras formas de plantação e de colheita que o ser humano possa ter criado ou vir a criar.

Agricultura, agro-negócio, agrobusiness.

Cultura, Economia criativa, Show-Business.

A produção cultural também se transformou e vem se transformando cada vez mais numa atividade econômica tão importante, pelo volume de dinheiro que movimentava no mundo inteiro, quanto a produção de Agri-Cultura, o agro-negócio.

Podemos falar dos negócios da cultura de uma maneira geral e particularmente do negócio dos espetáculos, chamado “show-business”. “There’s no business like show-business”, afirmaram os americanos, líderes absolutos da indústria do entretenimento.

“O melhor negócio é o negócio do espetáculo”.

A indústria da música, do cinema e do teatro americanos, atingiram e ainda atingem dimensões semelhantes aquelas do agro-negócio, ou agro-business. Espetáculos da Broadway chegam a ter ações negociadas na bolsa de Wall-Street e permanecem anos em cartaz, como soja transgênica que tem suas sementes modificadas para que nunca

sofra processo de deterioração, comum na natureza. Permanecem “inalteráveis” por anos e ainda sofrem processo de replicação e clonagem para serem exportados para o mundo inteiro. O Brasil já é um dos maiores, senão o maior, importador deste tipo de produto cultural transgênico. Já é possível hoje vermos no Brasil espetáculos que foram, e alguns ainda são, sucesso na América do Norte há mais de cinquenta anos.

Assim como o Busines- Show, o mundo do agro-business, o latifúndio cultural, também é capaz de produzir e produz “Tsunamis” devastadoras cuja a vocação maior é passar por cima de tudo, devastando territórios onde, possivelmente, poderia estar nascendo novas culturas e novas possibilidades de produção cultural, que talvez pudessem trazer mais benefícios para a humanidade, fome de bons produtos, do que a produção de uma cultura transgênica e modificada. Mas esta indústria precisa ser amparada, pois ela movimenta, como a outra, bilhões de dólares, proporciona lucros fabulosos e causará “malefícios” incalculáveis se for limitada ou controlada. Poderá até abalar o “sistema”. Como os bancos e o capital financeiro. Banking Business?

Banking- Show

Produzem lucros enormes, beneficiam poucos, e não podem ser regulamentados, e ainda querem ser subsidiados, pois se fracassarem levarão o sistema a bancarrota, provocarão desordem e desestruturação. Ruim com eles, pior sem eles.

Governos brasileiros anteriores já investiram bilhões de dólares de dinheiro público para salvar estas instituições ou bancos (PROER). O governo norte americano também. Querem sacrificar a Grécia por ela não ter dinheiro para pagar o que deve aos bancos. Cortando salário dos trabalhadores, das políticas de saúde, educação, etc. Se a saúde ou a educação forem à bancarrota, tudo bem. Mas se os bancos falirem, o sistema desmorona. Dinheiro público em benefício de uma atividade extremamente privativa e voltada para o lucro. “Pior que roubar um banco, é fundar um banco” disse B.Brecht há décadas atrás (anos 30). Quem faz esta afirmação é um personagem de uma peça sua

(Ópera dos Três Vinténs), gangster explorador do negócio de pedir esmolas em Londres (uma espécie de bicheiro) associado com o chefe de polícia da cidade, e outras figuras importantes do reino. Preso, ele será agraciado com o perdão da própria rainha.

Assim também no agro-business, assim também no show-business. Atividades extremamente lucrativas ou rentáveis, mantidas com verbas públicas oriundas de pagamentos de impostos e trabalho do povo brasileiro.

Estado mínimo

É comum vermos o Estado, que dizem deveria ser mínimo, se mobilizando para investir em iniciativas privadas com finalidade absolutamente lucrativas. Um Estado máximo na manutenção das atividades privadas. E um Estado mínimo, aí assim, para

aquelas atividades de sustentação de qualidade e humanização da vida em uma sociedade que por sua própria natureza prescinde destas preocupações.

Não deveria ser o contrário? Os investimentos não deveriam ser feitos nas atividades obviamente de interesse público e que não visam o lucro? Só vale dinheiro o que rende dinheiro? Não há outra maneira de produzir bens públicos a não ser aquela que visa lucro?

Arte

O que é a arte? E seu consumo e produção? O que são?

Numa definição rápida, podemos dizer que : Arte é bem **público** produzido por particular. Obra **pública** produzida por particular.

Se é do interesse público salvar atividades de caráter privado por considerá-las de utilidade pública (agro-business, agronegócio, show-business, banking, business) Não seria também da competência do poder público apoiar obras de caráter público feitos por particular?

Pública

A arte é obra de natureza pública. É produção da cultura de um povo, em qualquer estado de evolução, é feita para ser imediatamente compartilhada com o mundo onde esta cultura se desenvolve, pelos cidadãos que a produzem e dela fazem parte.

Privada

A manifestação artística só foi privatizada no início dos tempos modernos, a partir do final da idade média e início do renascimento, se privatizando completamente a partir da ascensão da burguesia mercantilista ao poder. Uma classe intermediária de atravessadores que fazia a ponte entre os produtores de bens e o mercado. Os bens produzidos na gleba pelo povo era vendido entorno dos palácios feudais, formando os núcleos chamados burgos, que viriam constituir mais tarde as cidades modernas, conforme nós as conhecemos hoje. **A arte foi o último deste bens de natureza pública, feito para todos a ser privatizada.** Antes disso nobres e burgueses esclarecidos se transformavam em mecenas capazes de patrocinar estas atividades de extrema importância para os seres humanos, mas cujos produtores não tinham condições dela sobreviverem, pois eram produtos que não se vendia.

A Arte Pública é arte que não se compra e não se vende; quem a produz não o faz pensando no mercado, embora o faça com plena consciência que só o fazem para compartilhar com outrem a produção de sua subjetividade e fertilidade. Ninguém faz arte para guardar seus produtos para si próprio e só compartilhá-los mediante pagamento. Não é esta a natureza desta produção humana. É feita para todos, sem distinção de nenhuma espécie. É árvore que dá frutos para que todos deles compartilhem. Não é produção em série para ser vendida nos supermercados. Não é agro-negócio, não é fertilizado ou melhorada por agrotóxicos que envenenam sua natureza e multiplicam seus produtos.

Mercantilização

Com a ascensão da burguesia e o estabelecimento dos procedimentos que levariam a construção da sociedade capitalista desaparece a instituição do mecenato, que não teria mesmo condição de sobreviver aos novos tempos, e os artistas passariam a sobreviver da venda de suas obras a quem as quisesse comprar. O século XX se encarregou de privatizá-las totalmente com o desenvolvimento da sociedade de consumo e a criação das economias livres de mercado. E a arte que era pública passa a ser consumida apenas por aqueles que podem pagar por ela, privando de seu consumo uma vasta parcela da humanidade, que dela tem fome e necessidade. Patrocinar exclusivamente a arte privatizada é investir milhões na indústria da produção de alimentos padronizados para servir a uma parcela da população, enquanto outra parte morre de fome. As políticas públicas passam assim a atender mais às necessidades da arte privada para alguns, do que às da arte pública para todos. O Estado passa então a ser mais uma representação dos interesses privados do que um defensor dos interesses públicos, em uma sociedade extremamente, e cada vez mais, privatizadora.

Poder Público

Ao criarmos o Estado, conforme entendemos hoje, nós, seres humanos, delegamos a algumas pessoas, e mais tarde instituições, poderes para resolver questões que dizem respeito às necessidades públicas, coletivas, não privadas

Em tese, no plano privado, dentro da minha casa eu resolvo sozinho. Mas se tiver que resolver algumas questões que dizem respeito às minhas relações com os meus vizinhos, terei que discutir com eles as respostas e as questões. Ainda assim, se não houver consenso teremos que submeter as questões a um conselho superior, ou entidade, ou conjunto de regras e ordenações, ou mais tarde, a um Estado que me ajude a estabelecer e organizar da melhor maneira possível as relações que se estabelecem entre o interesse público e o privado. Quando este poder público, por mim mesmo criado, para equilibrar estas relações, tende a trabalhar no sentido de atender apenas alguns interesses privados, muitas vezes em detrimento do bem-estar público e de interesses privados de outros setores da sociedade, aí então, estamos produzindo um

perigoso desequilíbrio das forças que nos mantém juntos, e que poderão a qualquer momento, por má gestão da coisa pública se desequilibrar . Perigosamente.

Políticas Públicas para as Artes Públicas, é, em nosso entender, uma maneira de restabelecer este equilíbrio. Não se trata absolutamente de abandonar as políticas públicas de apoio às artes privadas, mas sim de reconhecer que existe uma arte imanente em toda a cidade, ou aglomeramento humano que não consegue se manifestar, pois teria que fazê-lo dentro dos espaços que nossa sociedade pré- determinou que para isso sejam utilizados, que também necessita de apoio ou políticas públicas.

Espaços

A manifestação artística não pode ser submetida aos critérios do planejamento urbano, pois estes são variáveis e carregados dos conteúdos ideológicos da sociedade que os criou e organizou. Uma olhada rápida aos espaços públicos dedicados ao Teatro em nosso mundo, nos dará a conta dos conteúdos ideológicos neles colocados.

Do grande anfiteatro grego democrático, capaz de receber até 15.000 espectadores, ao coliseu romano, arena da morte e da violência, até aos espaços abertos livres da baixa Idade Média, dos funâmbulos e menestrelis, aos espaços das praças públicas medievais onde Autos eram encenados para discutir as questões que aquela comunidade enfrentava. Da praça circunscrita por paredes do teatro elisabetano, que abrigava 3.500 pessoas a céu aberto, até os pátios das hospedarias do Teatro espanhol e finalmente, a cena italiana, em salas totalmente fechadas, com palco e platéia frontais, criação da burguesia mercantilista protestante, em todas vemos na configuração arquitetônica do lugar dos espetáculos o pensamento ético, político e ideológico que os presidem. E quem não se manifestar conforme estes valores e não conseguir ocupar estes espaços, por que tem necessidades diferentes, passa simplesmente a ser desconsiderado como manifestação artística importante. A burguesia privatizou o Teatro, a pintura, as danças e todas as manifestações artísticas, e criou para elas espaços de apresentação. Ao mesmo tempo abrigo e proteção, mas também controle e repressão.

A César.....

Uma atitude que contempla o futuro é dar a César o que é de César; E dar a Deus o que é de Deus.

Existe uma arte muito antiga e muito nova que quer voltar a se manifestar, mas não mais apenas dentro dos espaços reservados para as artes. Esta outra arte quer recuperar seu antigo sentido ancestral e se oferecer a todos sem nenhuma distinção de classe, credo, sexo, ou outras, em qualquer lugar, para que todos dela possam usufruir. **Uma arte que ainda não conhece sua estética, porque ainda não viu vitoriosa sua nova ética.**

Esta arte existe, não é e não pode ser produzida pelo poder público, mas ela existe, e o Poder Público não pode nem deve ignorá-la.

Linguagem acessível, liberdade, humor, celebração, horizontalidade, respeito às individualidades poderão ser alguns dos aspectos desta nova ética / estética. Música, dança, ritualidade e principalmente fisicalidade, em oposição à verticalidade e virtualidade cada vez maiores das manifestações artísticas do chamado mercado e da auto-sustentação.

A arte geral não pode ser e não é auto-sustentável, sob pena de perder todo o seu sentido original de doação, generosidade e compartilhamento. Nós não devemos vender o que temos de melhor para dar.

A esta arte o que compete a ela; a outra arte o que a ela compete.

Convivência

Poderão e deverão conviver e esta convivência certamente há de trazer grande benefício ao ser humano e ao convívio social. O afunilamento perverso da privatização exarcebada não nos traz nenhuma perspectiva ou esperança de um mundo melhor. Ao contrário do que seria, se a esta privatização estivesse acoplada a idéia de artes públicas em espaços abertos capazes de restituir às cidades sua condição de morada da cidadania mais evoluída devolver a URBS o conceito de CIVITAS- polivalente, “Polis”. E ao cidadão finalmente a esperança em um mundo melhor, pois afinal de contas em ultima análise, é disto que se trata e não de um mercado e auto-sustentabilidade. Ou nos salvamos todos ou nos perdemos todos. Não há salvação individual.

Sugestão

A minha sugestão para esta Secretaria é que se cogite da criação dentro de seu âmbito de um setor de Políticas Públicas Para as Artes Públicas.

Arte Pública- Conceito

Apesar de ser muito antigo, ainda é muito novo este conceito. É antigo porque sempre existiu e sempre existirá. A arte sempre foi e será manifestação de um sentimento de partilhamento de nossa subjetividade com o mundo a nossa volta. Dele depende, com ele se relaciona e a ele reflete. Mesmo quando absolutamente sozinhos criamos alguma coisa, nunca o fazemos para nosso único e próprio uso ou partilhamento. Ao contrário, tudo que nossa sensibilidade produz tem a finalidade única e primordial de atingir o outro. Mesmo quando na solidão de sua caverna o homem primitivo desenhava um **bizão** ou uma ave em movimento, ele o fazia na certeza e na esperança de que outro

homem igual a ele iria ver sua obra e dela tirar alguma forma de proveito. Arte é produto de nossa imperiosa necessidade de comunicação com o mundo exterior. Todos os sinais que emitimos são dirigidos direta ou indiretamente a outros.

Por outro lado o desenvolvimento da sociedade capitalista, feito pela burguesia protestante acabou transformando esta atividade pública em privada e tudo o que fazemos com nossa sensibilidade criadora, embora mantenha o mesmo sentido de generosidade e doação em sua origem, já não é mais oferecido gratuitamente ao outro, e deve ser vendido porque disto depende a sobrevivência de seu criador.

Desprivatizar e desprofissionalizar esta atividade, passados estes séculos, soa como coisa muito nova, e para alguns, até absurda. Retorná-la pública, porém, é a novidade do conceito. Torná-la de todos e para todos. Um conceito muito antigo que nos remete à nossa ancestralidade, e à história do homem no planeta e ao mesmo tempo muito novo pois coloca em cheque o conceito de manifestação privada e individualista da manifestação artística. Sem ancestralidade não há contemporaneidade.

Assim, para estarmos atualizados com o momento histórico de desabamento de muitos valores de nossa civilização seria necessário pensarmos políticas que pensassem o homem em movimento e não paralisado por conteúdos ideológicos imobilizadores.

Sugestionamento

Evidentemente eu poderia falar em mais distribuição de verbas, em criação de casas de espetáculos, estímulos à música e às artes plásticas, políticas para a formação de platéias, investimentos em formação de mão de obra mais qualificada, em preparação de pessoas capacitadas para montar projetos de captação de recursos provenientes das leis de isenção fiscal, criação de festivais, editais para todas as artes, interiorização de nossas políticas públicas para artes em geral, mas o tempo todo estaríamos trabalhando dentro da idéia da privatização cada vez maior das políticas públicas para o setor. O pensamento Neo-liberal que justifica e recomenda este tipo de política está cada vez mais defasado em relação às necessidades históricas de nossos tempos. Estas políticas vem fazendo água em todas as partes do mundo e não acho que devêssemos embarcar em uma canoa que está evidentemente naufragando. A situação dos países do hemisfério norte confirmam a necessidade urgente de revisão destas políticas, e novos valores começam a aparecer no horizonte. Nós não temos porque irmos atrás de idéias ultrapassadas e anti-históricas. Pelo contrário. A história não acabou, e nós, chamados países em desenvolvimento somos os que temos as melhores condições de propormos soluções novas para os velhos problemas da humanidade. “Por que sermos tão espertos, agora que podemos ser um pouco menos ignorantes?”, bradava o Galileu Galilei do Brecht diante de dificuldade que tinham os chamados donos do saber de sua época em aceitar as novas verdades que saltavam aos olhos de todos e que só eles, os sábios, não conseguiam ver apegados que estavam ao que já estava estabelecido e se negando a ver o que o povo na rua já pressentia.

Se, pelo menos, este tema das artes públicas entrar na pauta de reflexão do gestor encarregado deste setor da vida pública, já teremos dado um grande salto adiante na construção de um outro futuro, melhor do que o que se nos apresenta no momento. É hora de trabalharmos no presente para um outro futuro, ou naufragaremos no tormentoso mar da decadência do ocidente mercantilista. Não há tecnologia que possa nos salvar. Vejam o “Titanic”.

Amir Haddad
Rio, 27 de maio 2012